## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, **como órgão gerenciador**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, Decreto Municipal nº 4.388/2013, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS, visando eventuais aquisições futuras e de forma parcelada,de medicamentoscom a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas edos serviços da Secretaria Municipal de Saúdede Joaçaba/SC, durante o exercício financeiro de 2017.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na Secretaria de Gestão Administrativa do Município de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, **até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão**.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se **às 09 horas** do dia **10 de julho de 2017**, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Independentemente do expediente normal da Prefeitura Municipal de Joaçaba iniciar-se às **13** horas, o Setor de Compras e Licitações estará recebendo, no dia **10 de julho de 2017**a partir das **08 horas,** os documentos e envelopes, bem como realizando a autenticação de documentos.

1. **DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**
   1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços** para a aquisição eventual, futurae de forma parcelada,de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba/SC.

* 1. DA FORMA DE EXECUÇÃO
     1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contrações dos licitantes vencedores do pregão.
     2. A entidade licitante não se obriga a contratar os licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.
     3. Os itens, objeto desta licitação deverão ser cotados e entregues em conformidade com as especificações do **Anexo I** do presente Edital.
     4. Havendo a necessidade de aquisição dos medicamentos, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à proponente vencedora.
        1. A proponente vencedora deverá proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias, contados da Solicitação e da Nota de Empenho, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, devidamente acompanhados de **laudo analítico** com os testes que comprovem a sua bio-equivalência.
        2. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Getúlio Vargas, 645, centro, junto ao Centro de Especialidades Médicas, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 15h30min.
           1. Havendo adesão à futura Ata de Registro de Preços o órgão participante indicará o local e o horário para a entrega dos medicamentos solicitados.
        3. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que, não poderá ter decorrido o prazo de validade maior que 20% (lapso entre a fabricação e vencimento).
        4. Todos os medicamentos deverão ter registro na ANVISA.
     5. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
        1. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
        2. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
        3. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
     6. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias.
     7. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência da Secretaria Municipal de Saúde, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
        1. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos materiais solicitados pelo órgão ou entidade aderente.
        2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos materiais ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com a Secretaria Municipal de Saúde.
        3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**
   1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.
   2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
      1. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Joaçaba ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).
      2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93, observadas também, as vedações dos artigos 66, 67 e 68 da Lei Orgânica do Município.
   3. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
   4. **Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte**
      1. As microempresas e empresas de pequeno porte que **quiserem** participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.
      2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:
2. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que nãoregistram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar **atualizada**, ou seja, emitida a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.
3. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do **Anexo III**, do presente Edital.
   * 1. Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados **fora dos envelopes**, no ato de **credenciamento** das empresas participantes.
4. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.
   2. A empresa participante deste processo que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em **cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação**:
5. Caso o representante seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente deverá apresentar:

* Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
* Cópia da cédula de identidade.
* Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

1. Caso o representante seja **preposto** da empresa proponente, deverá apresentar:

* Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o **Anexo II** deste Edital;
* Cópia da cédula de identidade.
* Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações).
* Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.
  1. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do **Anexo IV**. Tais documentos deverão ser encaminhados **fora dos envelopes** da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.
     1. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.
     2. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.
  2. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.
  3. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo, deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes da Proposta e da Documentação.
  4. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
   1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no **Anexo IV**,**fora dos envelopes nº 01 e 02.**
      1. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.
   2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº \_\_\_/2017/FMS – EDITAL PP Nº \_\_\_/2017/FMS

EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº \_\_\_/2017/FMS – EDITAL PP Nº \_\_\_/2017/FMS

EMPRESA PROPONENTE:

1. **DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 “DA PROPOSTA”**
   1. O Envelope nº 01 “Da Proposta” deverá conter os seguintes elementos:
      1. **Carta proposta**, na forma impressa, de acordo com o modelo do **Anexo I**, contendo preço unitário e total do item cotado, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso. Os preços unitários poderão ser cotados com até 03 (três) dígitos após a vírgula e os preços totais com somente 02 (dois) dígitos após a vírgula.
         1. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação.
         2. Marca dos medicamentos cotados.
         3. Local e data.
         4. Assinatura do representante legal da proponente.
      2. Declaração de que os medicamentos cotados têm registro na ANVISA.
      3. CD ou *pen drive*(facultativo) contendo a proposta em planilha eletrônica, conforme o disposto no subitem 5.2 deste Edital.
   2. Solicita-se às empresas participantes que, preferencialmente, preencham a proposta em planilha eletrônica, para agilizar os trabalhos durante o processamento do pregão.
      1. A planilha eletrônica será fornecida aos interessados que a solicitarem junto ao Setor de Compras e Licitações, em arquivo magnético que será obrigatoriamente aberto através do programa *Compras-AutoCotação*, disponibilizado sem qualquer custo no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br/), na parte relacionada a Licitações.
      2. A planilha eletrônica poderá ser solicitada pelo telefone (49) 3527-8828 ou *e-mail* [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).
      3. CD ou *pen drive*contendo a planilha eletrônica deverá estar dentro do envelope da proposta.
      4. Não será desclassificado o proponente que não enviar CD ou *pen drive*contendo a planilha eletrônica.
   3. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no **Anexo I** deste Edital.
   4. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.
   5. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.
   6. A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.
   7. A proposta deverá ser elaborada em papel com a devida identificação da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
   8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexeqüível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.
   9. O Pregoeiro considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.
   10. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.
   11. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.12. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

1. **DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”**
   1. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:
      1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
         1. O representante da empresa que apresentar o documento citado acima, no ato de credenciamento, conforme o disposto no subitem 3.2 do presente edital fica dispensado de apresentá-lo dentro do envelope dos documentos de habilitação.
      2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado.
      3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
      4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
      5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
      6. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
      7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
      8. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias.
         1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
      9. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.
      10. Cópia do registro ou inscrição na entidade profissional competente.
      11. Comprovação de aptidão para execução do objeto, mediante apresentação de atestado/certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de ter executado a qualquer tempo, fornecimento semelhante a este que está sendo licitado.
      12. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
      13. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.
      14. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.
      15. Documento de comprovação de licenciamento da proponente junto à Vigilância Sanitária, nos termos da Lei nº 6.360/76.
   2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal, devendo neste caso, ser apresentada preferencialmente até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas, junto a Secretaria de Gestão Administrativa da Prefeitura de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378.
   3. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.
   4. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
   5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.
2. **DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**
   1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até às **09 horas do dia 10 de julho de 2017,** no local indicado no preâmbulo deste Edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV** do Edital.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor 0,00 (zero), manifestamente inexeqüíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

1. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
2. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

**7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte**

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
2. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea “a” do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “a” do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutosapós o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularizaçãoda documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, de acordo com o disposto no subitem 2.4 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

1. **DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.**
   1. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
   2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
   3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
   4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
   5. A adjudicação será feita pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
2. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** 
   1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
      1. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
      2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
   2. O registro a que se refere o subitem 9.1tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.388/2013.
   3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
      1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
      2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
   4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b” acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
   5. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o [inciso III do § 3~~º~~ do art. 15 da Lei n~~º~~ 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art15%C2%A73iii).
   6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1~~º~~ do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65%C2%A71).
   7. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.
      1. Colhidas às assinaturas, o Município providenciará a imediata publicação da Ata.
   8. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

## DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

* 1. **Cabe a Secretaria Municipal de Saúde e aos órgãos participantes:**
     1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.
     2. Acompanhar e fiscalizara execução do objeto do presente processo.
     3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital.
     4. Providenciar a publicação resumida da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
     5. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à proponente vencedora para a execução do objeto da presente licitação.
  2. **Cabe à Proponente Vencedora:**
     1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 – da forma de execução – deste Edital;
     2. Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
     3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
     4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
     5. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde e dos órgãos participantes a Solicitação e a Nota de Empenho para o efetivo fornecimento dos produtos solicitados.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Nos termos do art. 7° da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
  2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais)por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.
     1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

1. **DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
   1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:
2. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
3. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
4. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
5. Sofrer sanção prevista nos [inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art87iii), ou no [art. 7~~º~~ da Lei n~~º~~ 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm#art7).
   * 1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
   1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.
6. **DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**
   1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, conforme previsto no art. 11 do Decreto Municipal nº 4.388/2013.
   2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras SHEILA FERRI e CRISTIANE VOLPATO MICHELON, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

# DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

* 1. O pagamento será realizadoaté o 10º (décimo) dia útil, do mês subseqüente da entrega da mercadoria, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue.
     1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, Nº da conta) deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.
     2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei 9.032/95, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
  2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para oFUNDO MUNICIPAL DE SAÚDEDE JOAÇABA, CNPJ nº 10.594.533/0001-00, Av. XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba (SC) ou para o órgão que vier a aderir à Ata de Registro de Preços, contendo os dados fornecidos pelo mesmo (Razão Social, endereço, CNPJ), e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
     1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.
     2. No caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante informará os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.
  3. Os preços não serão reajustados.
  4. Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela DETENTORA.
  5. A Secretaria Municipal de Saúde fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
     1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.
  6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços  praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as  negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65iid).
  7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
     1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
     2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
  8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
     1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

1. **DO VALOR ESTIMADO**
   1. O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 6.550.805,70(Seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e cinco reais e setenta centavos)**, não consideradas as prováveis adesões à futura Ata de Registro de Preços.
   2. O Fundo Municipal de Saúde e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

# DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

* 1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
  2. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
  3. Caberá a Secretária Municipal de Saúde, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações e da Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração.
  4. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.
  5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 2.879/2006 e suas alterações.
  6. No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.
  7. Integram o presente Edital:
* Anexo I – Especificações do objeto / Modelo da Proposta / Valores Unitários Máximos
* Anexo II – Modelo da Carta de Credenciamento
* Anexo III – Modelos da declaração de enquadramento como EPP ou ME
* Anexo IV – Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
* Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços.
  1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal endereçado ao Pregoeiro da Prefeitura de Joaçaba.
     1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
     2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
  2. Contatos preliminares relativos a este procedimento poderão ser feitos pelos telefones (49) 3527-8805 e 3527-8828 ou e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)
  3. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Joaçaba, **22** de **junho**de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

###### ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES / MODELO DA PROPOSTA / VALOR UNITÁRIO MÁXIMO

Processo de Licitação N° \_\_\_\_/2017/FMS - Edital PP Nº \_\_\_\_/2017/FMS.

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*e-mail*:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QTDE** | **UN.** | **VALOR MÁXIMO UNITÁRIOR$** | MARCA | VALORUNITÁRIO PROPOSTO **R$** | VALORTOTAL PROPOSTO **R$** |
| 1 | Acebrofilina 25mg/5ml, xarope pediátrico. Frasco com 120 ml | 1.500 | Fr | 4,54 |  |  |  |
| 2 | Acebrofilina 50mg/5ml, xarope adulto. Frasco com120 ml | 1.500 | Fr | 6,09 |  |  |  |
| 3 | Acetato de retinol (vitamina A) 50.000UI/mL + colecalciferol (Vitamina D) 10.000UI/mL. Frasco com 10 ml | 500 | Fr | 10,76 |  |  |  |
| 4 | Aciclovir 200 mg | 40.000 | Cp | 0,49 |  |  |  |
| 5 | Aciclovir creme 10 g | 1.000 | Tb | 3,84 |  |  |  |
| 6 | Ácido acetilsalílico 100 mg - GENÉRICO - Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 7 | Ácido Fólico 5 mg | 70.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 8 | Ácido Valpróico 250 mg | 70.000 | Cp | 0,65 |  |  |  |
| 9 | Adenosina 3 mg / ml | 200 | Amp | 8,88 |  |  |  |
| 10 | Adrenalina 1:1000 | 500 | Amp | 4,33 |  |  |  |
| 11 | Adesivo Antitabagismo 7 mg. Caixa com 7 unidades | 100 | Caixa | 67,65 |  |  |  |
| 12 | Adesivo Antitabagismo 14 mg. Caixa com 7 unidades | 200 | Caixa | 74,17 |  |  |  |
| 13 | Adesivo Antitabagismo 21 mg. Caixa com 7 unidades | 200 | Caixa | 77,86 |  |  |  |
| 14 | Água de injeção 5 mL | 4.000 | Amp | 0,29 |  |  |  |
| 15 | Albendazol 400 mg | 3.000 | Cp | 0,87 |  |  |  |
| 16 | Albendazol líquido 40 mg/ml. Frasco com 10 ml | 1.500 | Fr | 1,74 |  |  |  |
| 17 | Alendronato de sódio 70 mg | 50.000 | Cp | 0,56 |  |  |  |
| 18 | Alopurinol 100 mg | 50.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 19 | Alopurinol 300mg | 40.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 20 | Alprazolam 2 mg. Liberação prolongada xr | 3.000 | Cp | 2,32 |  |  |  |
| 21 | Ambroxol 15 mg/5ml, xarope pediátrico com 100 ml | 1.500 | Fr | 2,65 |  |  |  |
| 22 | Ambroxol 30mg/5ml, xarope adulto com 100 ml | 1.500 | Fr | 2,82 |  |  |  |
| 23 | Aminofilina 100 mgGENÉRICO - Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 24 | Aminofilina 240mg/10ml injetável | 300 | Amp | 1,42 |  |  |  |
| 25 | Amiodarona 200 mg | 80.000 | Cp | 1,12 |  |  |  |
| 26 | Amiodarona 150 mg/3ml | 200 | Amp | 2,93 |  |  |  |
| 27 | Amitriptilina 25 mgGENÉRICO - Lei 9787/1999. Apresentação com 30 comprimidos ou blíster com 10 comprimidos | 160.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 28 | Amoxicilina+ácido clavulâmico 500mg/125mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 50.000 | Cp | 1,41 |  |  |  |
| 29 | Amoxicilina+Clavulanato de potássio susp. oral 50mg/12,5mL. Frasco com 75ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.500 | Fr | 19,97 |  |  |  |
| 30 | Amoxicilina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 80.000 | Cp | 0,36 |  |  |  |
| 31 | Amoxicilina suspensão oral 250mg/5mL. Frasco com 60 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 5.000 | Fr | 5,32 |  |  |  |
| 32 | Ampicilina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Cp | 0,73 |  |  |  |
| 33 | Anlodipino 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,05 |  |  |  |
| 34 | Atenolol 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,07 |  |  |  |
| 35 | Atenolol 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 36 | Atorvastatina 20 mg | 1.000 | Cp | 1,66 |  |  |  |
| 37 | Atorvastatina 40mg | 300 | cp | 2,32 |  |  |  |
| 38 | Atropina 0,25 mg/ml | 400 | Amp | 0,75 |  |  |  |
| 39 | Azitromicina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 30.000 | Cp | 0,83 |  |  |  |
| 40 | Azitromicina susp. oral 40 mg/ml ou 600 mg/15ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Fr | 6,26 |  |  |  |
| 41 | Beclometasona aerossol 250 mcg/dose 200 doses | 300 | Fr | 64,62 |  |  |  |
| 42 | Beclometasona nasal aquoso 50 mcg 200 doses 20 ml | 100 | Fr | 52,07 |  |  |  |
| 43 | Beclometasona 400mcg/dose, inalação oral, cápsula | 6.000 | Cp | 0,74 |  |  |  |
| 44 | Benzilpenicilina benzatina pó sol. injetável 1.200.000UI - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | Fr | 11,93 |  |  |  |
| 45 | Benzoato de benzila 25%, sabonete 70g | 2.000 | um | 10,89 |  |  |  |
| 46 | Benzilpenicilina benzatina pó sol. injetável 600.000UI - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500 | Fr | 10,15 |  |  |  |
| 47 | Biperideno 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 48 | Bromazepan 3 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 49 | Brometo de ipratrópio sol. p/ inalação gotas 20 ml | 2.000 | Fr | 1,58 |  |  |  |
| 50 | Bromidrato de fenoterol 5 mg/ml gotas 20 ml | 1.500 | Fr | 3,79 |  |  |  |
| 51 | Bromoprida 10 mg | 40.000 | Cp | 0,21 |  |  |  |
| 52 | Bromoprida 4 mg/ml gotas 20 ml | 2.000 | Fr | 1,88 |  |  |  |
| 53 | Budesonida aerossol nasal 32mcg | 700 | Fr | 25,19 |  |  |  |
| 54 | Bupropiona 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 90.000 | Cp | 1,00 |  |  |  |
| 55 | Captopril 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 700.000 | Cp | 0,04 |  |  |  |
| 56 | Captopril 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,07 |  |  |  |
| 57 | Carbamazepina 200 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 58 | Carbamazepina 2% solução oral 100 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 11,94 |  |  |  |
| 59 | Carbonato de cálcio 600 mg + vit. D 400UI | 300.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 60 | Carbonato de lítio 300 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 61 | Carbonato de lítio CR 450mg | 20.000 | Cp | 1,33 |  |  |  |
| 62 | Carvedilol 3,125 mg | 70.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 63 | Cardivelol 12,5 mg | 70.000 | Cp | 0,17 |  |  |  |
| 64 | Cefalexina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 70.000 | Cp | 0,82 |  |  |  |
| 65 | Cefalexina 250 mg/5ml susp. 60 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 9,63 |  |  |  |
| 66 | Ceftriaxona 1g IM + Lidocaína -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Fr | 20,48 |  |  |  |
| 67 | Cetoconazol creme 30g -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300 | TB | 2,73 |  |  |  |
| 68 | Cetoprofeno 100mg injetável IV PÓ 2ML | 300 | Amp | 4,25 |  |  |  |
| 69 | Cetoprofeno 100mg injetável IM 2ML | 500 | Amp | 2,96 |  |  |  |
| 70 | Ciclobenzaprina 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 130.000 | Cp | 0,75 |  |  |  |
| 71 | Cilostazol 100 mg | 50.000 | Cp | 0,91 |  |  |  |
| 72 | Cinarizina 25 mg | 60.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 73 | Cinarizina 75 mg | 20.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 74 | Ciprofloxacino 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,48 |  |  |  |
| 75 | Citalopran 20 mg - | 130.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 76 | Claritromicina 500mg | 1.000 | Cp | 6,09 |  |  |  |
| 77 | Clindamicina 300mg | 1.000 | Cp | 1,58 |  |  |  |
| 78 | Clonazepan 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 79 | Clonazepan 2.5 mg/ml 20 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 4.000 | Fr | 3,06 |  |  |  |
| 80 | Clopidogrel 75 mg | 70.000 | Cp | 1,01 |  |  |  |
| 81 | Cloranfenicol sol. Oft. 10 ml | 100 | Fr | 9,55 |  |  |  |
| 82 | Cloreto de potássio 10% injetável, ampola 10ml | 2.000 | Amp | 0,34 |  |  |  |
| 83 | Cloreto de sódio, solução fisiológica 1000ml | 120 | Fr | 4,51 |  |  |  |
| 84 | Clorpromazina 25mg | 20.000 | Cp | 0,40 |  |  |  |
| 85 | Clorpromazina 100 mg | 25.000 | Cp | 0,44 |  |  |  |
| 86 | Clorpromazina 25mg/5mL injetável | 200 | Amp | 2,74 |  |  |  |
| 87 | Clortalidona 12,5 mg | 150.000 | Cp | 0,19 |  |  |  |
| 88 | Cloxazolam 2 mg | 4.000 | Cp | 2,57 |  |  |  |
| 89 | Codeína 30mg | 80.000 | Cp | 2,14 |  |  |  |
| 90 | Colchicina 0.5 mg | 20.000 | Cp | 1,13 |  |  |  |
| 91 | Complexo B | 60.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 92 | Complexo B20 ml | 200 | Fr | 3,99 |  |  |  |
| 93 | Deslanosídeo 0,4mg/2ml injetável, IV | 300 | Amp | 2,39 |  |  |  |
| 94 | Desvenlafaxina, monoidratado 50mg | 5.000 | Cp | 6,05 |  |  |  |
| 95 | Dexametasona 4 mg | 6.000 | Cp | 0,45 |  |  |  |
| 96 | Dexametasona colírio 0,1% c/ 5 ml | 200 | Fr | 10,70 |  |  |  |
| 97 | Dexametasona creme 0,001 10g | 5.000 | Tb | 1,19 |  |  |  |
| 98 | Dexametasona+dipirona+vit.B12 | 1.500 | Amp | 10,24 |  |  |  |
| 99 | Dexametasona 2 mg/ml - 1 ml | 2000 | Amp | 0,79 |  |  |  |
| 100 | Dexclorfeniramina 2 mg | 50.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 101 | Dexclorfeniramina susp. oral 120 ml | 4.000 | Fr | 1,86 |  |  |  |
| 102 | Diazepam 5mg/mLcom 2mL | 300 | Amp | 0,87 |  |  |  |
| 103 | Diazepan 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 104 | Diclofenaco de sódio 50mg + Carisoprodol 125mg + Paracetamol 300mg + cafeína 30 mg | 90.000 | Cp | 0,39 |  |  |  |
| 105 | Diclofenaco sódico 50 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 100.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 106 | Diclofenaco emulgel 60g | 10.000 | Tb | 5,18 |  |  |  |
| 107 | Diclofenaco 75 mg/3ml | 4.000 | Amp | 0,94 |  |  |  |
| 108 | Digoxina 0,25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 109 | Diltiazen 60 mg | 10.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 110 | Dimedrinato 25mg/mL+ Piridoxina, cloridrato 5mg/mL gotas 20mL | 3.600 | Fr | 7,04 |  |  |  |
| 111 | Dimenidrato 3mg/ml + piridoxina 5mg/ml + glicose 100mg/ml + frutose 100mg/ml, Injetável, IV | 2.000 | Amp | 3,66 |  |  |  |
| 112 | Dimenidrato 3mg/ml + piridoxina 5mg/ml + glicose 100mg/ml + frutose 100mg/ml, Injetável, IM | 600 | Amp | 3,56 |  |  |  |
| 113 | Simeticona 75 mg/ml c/ 15 ml gotas | 2.000 | Fr | 1,83 |  |  |  |
| 114 | Dipirona 500 mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 115 | Dipirona 500 mg/2ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | amp | 0,75 |  |  |  |
| 116 | Dipirona gotas 500 mg/ml 10 ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 8.000 | Fr | 2,60 |  |  |  |
| 117 | Dissulfiram 250 mg | 30.000 | Cp | 0,47 |  |  |  |
| 118 | Divalproato de sódio 250mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | Cp | 1,33 |  |  |  |
| 119 | Dopamina 5mg/ml injetável | 300 | Amp | 1,82 |  |  |  |
| 120 | Dobutamina 5mg/ml injetável | 200 | Amp | 16,25 |  |  |  |
| 121 | Dorzolamida 2%, cloridrato + Timolol 0,5%, maleato 5mL solução oftalmica. GENÉRICO Lei 9787/1999 - Medicamento sujeito ao CAP | 100 | Fr | 45,08 |  |  |  |
| 122 | Doxazosina 2mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 130.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 123 | Doxiciclina 100mg | 1.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 124 | Duloxetina 30mg | 12.000 | cp | 3,11 |  |  |  |
| 125 | Duloxetina 60mg | 12.000 | cp | 5,29 |  |  |  |
| 126 | Enalapril 5mgGENÉRICO Lei 9787/1999 | 20.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 127 | Enalapril 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 128 | Enalapril 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 129 | Escitalopram 20mg | 50.000 | cp | 3,58 |  |  |  |
| 130 | Escitalopram 10mg | 30.000 | Cp | 0,92 |  |  |  |
| 131 | Espiramicina 500mg | 2.000 | cp | 4,50 |  |  |  |
| 132 | Espironolactona 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 133 | Estrogenios conjugados 0,625 mg | 2.000 | Cp | 1,32 |  |  |  |
| 134 | Femprocumona 3 mg | 600 | Cp | 0,52 |  |  |  |
| 135 | Fenitoína 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 136 | Fenobarbital 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,20 |  |  |  |
| 137 | Fenobarbital gotas 40 mg/ml 20 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200 | Fr | 5,43 |  |  |  |
| 138 | Fenitoína 50mg/ml injetável | 50 | Amp | 3,36 |  |  |  |
| 139 | Fenobarbital 200mg/mL | 100 | amp | 1,96 |  |  |  |
| 140 | Finasterida 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 1,32 |  |  |  |
| 141 | Folinato de cálcio 15mg | 2.000 | Cp | 1,83 |  |  |  |
| 142 | Formoterol 12mcg + budesonida 400mcg | 6.000 | Cp | 2,29 |  |  |  |
| 143 | Fluconazol 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 10.000 | Cp | 9,36 |  |  |  |
| 144 | Fluoxetina 20 mg - Apresentação em cápsula. GENÉRICO Lei 9787/1999. | 300.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 145 | Furosemida 10 mg/2ml | 500 | Amp | 0,70 |  |  |  |
| 146 | Furosemida 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 147 | Gabapentina 300 mg | 20.000 | Cp | 0,60 |  |  |  |
| 148 | Glibenclamida 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,18 |  |  |  |
| 149 | Glicose 25% 10 ml | 400 | Amp | 0,37 |  |  |  |
| 150 | Glicose 50% 10 ml | 400 | Amp | 0,40 |  |  |  |
| 151 | Glimepirida 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,59 |  |  |  |
| 152 | Haloperidol 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 30.000 | Cp | 0,17 |  |  |  |
| 153 | Haloperidol 5mg/ml ampola 2ml IV ou IM | 200 | Amp | 2,31 |  |  |  |
| 154 | Haloperidol, decanoato 70,52mg/Ml | 200 | Amp | 16,73 |  |  |  |
| 155 | Haloperidol sol. oral 2mg/ml 20 ml | 100 | Fr | 5,43 |  |  |  |
| 156 | Heparina sódica 5.000UI/0,25ml aplicação subcutânea | 1.500 | Amp | 8,15 |  |  |  |
| 157 | Hidralazina 20mg/mL | 200 | Amp | 9,23 |  |  |  |
| 158 | Hidroclorotiazida 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 600.000 | Cp | 0,05 |  |  |  |
| 159 | Hidrocortisona 500 mg | 500 | Amp | 11,58 |  |  |  |
| 160 | Hidrocortisona 100 mg | 500 | Amp | 7,30 |  |  |  |
| 161 | Hidrox. Alumínio + hid.magnésio susp. oral 35,6 mg + 37 mg c/ 100 ml | 3.000 | Fr | 3,02 |  |  |  |
| 162 | Hidroxizina 2mg xarope | 500 | Fr | 17,27 |  |  |  |
| 163 | Ibuprofeno 600 mg | 150.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 164 | Ibuprofeno susp. oral 100 mg/ml gotas 20 ml | 3.000 | Fr | 5,80 |  |  |  |
| 165 | Imipramina 25 mg | 30.000 | Cp | 0,64 |  |  |  |
| 166 | Isossorbida, mononitrato 10mg | 20.000 | Cp | 0,46 |  |  |  |
| 167 | Isossorbida, mononitrato, 5 mg | 2.000 | Cp | 0,54 |  |  |  |
| 168 | Isossorbida, mononitrato, 40 mg | 60.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 169 | Isossorbida, mononitrato 10mg/mL injetável | 200 | Amp | 3,59 |  |  |  |
| 170 | Itraconazol 100mg | 1.000 | Cp | 1,02 |  |  |  |
| 171 | Ivermectina 6mg | 5.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 172 | Lamotrigina 100 mg | 30.000 | Cp | 2,49 |  |  |  |
| 173 | Levodopa + benzerazida 100 mg + 25 mg - comp. dispersível | 25.000 | Cp | 2,24 |  |  |  |
| 174 | Levodopa + benzerazida 200 mg + 50 mg | 50.000 | Cp | 3,49 |  |  |  |
| 175 | Levomepromazina, maleato 100 mg | 15.000 | Cp | 1,25 |  |  |  |
| 176 | Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg | 10.000 | Cp | 1,29 |  |  |  |
| 177 | Levofloxacino 500mg | 25.000 | CP | 1,36 |  |  |  |
| 178 | Levonorgestrel 0,75 mg c/ 2 cp | 1.000 | Caixa | 3,08 |  |  |  |
| 179 | Levonorgestrel + etinilestradiol 0,15/0,03 mg caixa c/ 21cp | 5.000 | Caixa | 0,54 |  |  |  |
| 180 | Levotiroxina sódica 25 mcg | 150.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 181 | Levotiroxina sódica 50 mcg | 150.000 | Cp | 0,51 |  |  |  |
| 182 | Levotiroxina sódica 75mcg | 100.000 | Cp | 0,53 |  |  |  |
| 183 | Levotiroxina sódica 100 mcg | 100.000 | Cp | 0,30 |  |  |  |
| 184 | Lidocaína 2% geléia 30g | 3.000 | TB | 2,48 |  |  |  |
| 185 | Lidocaina com vaso, 2% | 300 | amp | 4,97 |  |  |  |
| 186 | Lidocaina sem vaso, 2% | 500 | amp | 3,40 |  |  |  |
| 187 | Loratadina 10 mg | 50.000 | Cp | 0,40 |  |  |  |
| 188 | Loratadina xpe 1m/ml 100 ml | 3.000 | Fr | 2,92 |  |  |  |
| 189 | Losartana potássica 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 800.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 190 | Medroxiprogesterona, acetato 150mg/ml trimestral | 400 | amp | 21,61 |  |  |  |
| 191 | Meloxicam 15 mg | 20.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 192 | Metformina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 400.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 193 | Metformina 850 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 194 | Metildopa 250 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,41 |  |  |  |
| 195 | Metilfenidato 10 mg | 4.000 | Cp | 1,43 |  |  |  |
| 196 | Metoclopramida 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 40.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 197 | Metoclopramida 10 mg/2ml injetável | 1.000 | amp | 0,54 |  |  |  |
| 198 | Metoprolol, succinato 100 mg | 60.000 | Cp | 2,58 |  |  |  |
| 199 | Metronidazol 250 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 30.000 | Cp | 0,21 |  |  |  |
| 200 | Metronidazol gel 500mg/5g 50g - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | TB | 5,40 |  |  |  |
| 201 | Metronidazol susp oral 40mg/ml 80 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500 | Fr | 3,66 |  |  |  |
| 202 | Miconazol creme 0,02 28g - GENÉRICO Lei 9787/1999 Dermatológico | 2.000 | TB | 2,76 |  |  |  |
| 203 | Miconazol, nitrato creme 2% vaginal 80g - GENÉRICO Lei 9787/1999 + aplicadores | 1.000 | TB | 6,93 |  |  |  |
| 204 | Midazolam 5mg/ml injetável | 100 | Amp | 1,66 |  |  |  |
| 205 | Mirtazapina 30 mg | 10.000 | Cp | 3,49 |  |  |  |
| 206 | Morfina 30 mg | 2.000 | cp | 2,22 |  |  |  |
| 207 | Morfina 10mg/ml | 500 | Amp | 4,28 |  |  |  |
| 208 | N-butilescopolamina, brometo 20mg/mL1 ml | 3.000 | Amp | 1,79 |  |  |  |
| 209 | N-butilescopolamina+dipirona 4mg+500mg/ml c/ 5ml | 1.000 | Amp | 3,59 |  |  |  |
| 210 | N-butilescopolamina, brometo 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constandoem cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,70 |  |  |  |
| 211 | N-butilescopolamina, brometo 10mg/ml10 ml | 3.000 | Fr | 10,18 |  |  |  |
| 212 | Neomicina+bacitracina pom. 5mg+250UI/g 10g - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 5.000 | TB | 1,73 |  |  |  |
| 213 | Nifedipina 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 50.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 214 | Nifedipina ret. 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 20.000 | Cp | 0,68 |  |  |  |
| 215 | Nimesulida 100 mg | 120.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 216 | Nimesulida 50 mg/ml gotas 15 ml | 1.000 | Fr | 2,42 |  |  |  |
| 217 | Nistatina Creme 25.000UI/g 60g - GENÉRICO Lei 9787/1999. Com 14 aplicadores | 2.000 | Tb | 5,42 |  |  |  |
| 218 | Nistatina Susp. oral 100.000UI 50 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Fr | 4,71 |  |  |  |
| 219 | Nitrofurantoína 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 0,43 |  |  |  |
| 220 | Noretisterona, enantato 50mg + Estradiol, valeato 5mg c/ 1 ml | 600 | Amp | 10,39 |  |  |  |
| 221 | Noretisterona 0,35 mg caixa c/ 35 cp | 500 | Caixa | 10,89 |  |  |  |
| 222 | Olanzapina 10mg | 3.000 | Cp | 1,22 |  |  |  |
| 223 | Óleo hidrat. c/ ácidos graxos essenciais 200 ml | 800 | Fr | 15,78 |  |  |  |
| 224 | Omeprazol 20 mg | 700.000 | Cp | 0,73 |  |  |  |
| 225 | Ondansetrona injetavel 2mg/mL- IM e IV 2 ml | 1.000 | Amp | 2,23 |  |  |  |
| 226 | Ondansetrona 4 mg | 5.000 | Cp | 3,36 |  |  |  |
| 227 | Oxcarbazepina susp. oral a 6% com 100 ml | 150 | Fr | 38,09 |  |  |  |
| 228 | Paracetamol 500 mg | 200.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 229 | Paracetamol 750 mg | 300.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 230 | Paracetamol gotas 200mg/ml15 ml | 10.000 | Fr | 0,83 |  |  |  |
| 231 | Paroxetina 20 mg. | 100.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 232 | Pentoxifilina 400 mg | 3.000 | Cp | 1,20 |  |  |  |
| 233 | Permetrina 5% c/ 60 ml | 800 | Fr | 4,80 |  |  |  |
| 234 | Pirimetamina 25mg | 2.000 | Cp | 0,76 |  |  |  |
| 235 | Pregabalina 75 mg | 20.000 | Cp | 2,30 |  |  |  |
| 236 | Prednisolona 3mg/ml susp. oral c/ 60 ml | 4.000 | Fr | 5,01 |  |  |  |
| 237 | Prednisona 20 mg. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 238 | Prednisona 5 mg.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 239 | Prometazina 25 mg | 50.000 | Cp | 0,34 |  |  |  |
| 240 | Prometazina 25mg/mLcom 2mL | 2.500 | Amp | 2,40 |  |  |  |
| 241 | Propafenona, cloridrato 300 mg | 3.000 | Cp | 1,73 |  |  |  |
| 242 | Propranolol 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 400.000 | Cp | 0,04 |  |  |  |
| 243 | Propatilnitrato 10 mg | 100.000 | Cp | 0,68 |  |  |  |
| 244 | Protetor solar FPS 60 120 ml Ampla proteção UVA-UVB; Proteção 2 horas a prova d'água e suor | 100 | Fr | 46,99 |  |  |  |
| 245 | Protetor solar FPS 30 120 ml Ampla proteção UVA-UVB; Proteção 2 horas a prova d'água e suor | 300 | Fr | 34,06 |  |  |  |
| 246 | Quetiapina 25mg | 15.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 247 | Quetiapina 100mg | 20.000 | Cp | 0,87 |  |  |  |
| 248 | Ranitidina 15mg/ml 120ml | 300 | Fr | 13,99 |  |  |  |
| 249 | Ranitidina 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 40.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 250 | Ranitidina 25mg/ml c/ 2 ml | 1.000 | Amp | 0,75 |  |  |  |
| 251 | Risperidona 2 mg | 70.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 252 | Risperidona 1 mg/ml 30ml -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 150 | Fr | 27,32 |  |  |  |
| 253 | Sais p/ Reidratação env. 27,9g | 10.000 | Env | 0,85 |  |  |  |
| 254 | Salbutamol aerosol 100 mcg/dose200 doses | 1.000 | Fr | 16,95 |  |  |  |
| 255 | Salbutamol 2 mg | 1.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 256 | Salbutamol sol. oral 2mg/5ml c/ 100 ml | 2.000 | Fr | 1,89 |  |  |  |
| 257 | Sertralina 50 mg | 150.000 | Cp | 0,22 |  |  |  |
| 258 | Sinvastatina 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,14 |  |  |  |
| 259 | Sinvastatina 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 260 | Sitagliptina 50mg | 1.200 | Cp | 4,13 |  |  |  |
| 261 | Sulfadiazina de Prata 10mg/g c/ 30g | 2.000 | TB | 5,59 |  |  |  |
| 262 | Sulfadiazina 500mg | 7.000 | Cp | 0,26 |  |  |  |
| 263 | Sulfametoxazol 400 mg + Trimetoprima 80 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constandoem cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 20.000 | Cp | 0,18 |  |  |  |
| 264 | Sulfametoxazol + Trimetoprima susp. oral 4% + 0,8% c/ 50 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 6,39 |  |  |  |
| 265 | Sulfato de Glicosamina 500 mg + Sulfato de Condroitina 400 mg | 10.000 | Cp | 2,64 |  |  |  |
| 266 | Sulfato Ferroso 40 mg | 200.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 267 | Sulfato Ferroso sol. oral 125mg/mL c/ 30 ml gotas | 1.000 | Fr | 2,08 |  |  |  |
| 268 | Tansulosina 0,4mg | 5.000 | cp | 2,57 |  |  |  |
| 269 | Tenoxicam 20mg + diluente | 300 | amp | 8,19 |  |  |  |
| 270 | Terbutalina injetável | 200 | amp | 3,60 |  |  |  |
| 271 | Timolol colirio 0,5% | 100 | Fr | 4,67 |  |  |  |
| 272 | Topiramato 50 mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 150.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 273 | Tramadol 50 mg | 80.000 | Cp | 0,33 |  |  |  |
| 274 | Tramadol 50mg/ml injetável IM/IV | 500 | Amp | 1,83 |  |  |  |
| 275 | Trietanolamina 0,14g e borato de 8-hidroxiquinolina 0,0004g c/ 8 ml | 600 | Fr | 14,17 |  |  |  |
| 276 | Varfarina sódica 5 mg | 20.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 277 | Valproato de Sódio sol. oral 50mg/mL c/ 100 ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Fr | 4,14 |  |  |  |
| 278 | Venlafaxina, cloridrato 75 mg Cápsula de liberação prolongada | 50.000 | Cp | 2,38 |  |  |  |
| 279 | Verapamil 80 mg | 20.000 | Cp | 0,42 |  |  |  |
| 280 | Vitamina C gotas 10 ml | 100 | Fr | 1,75 |  |  |  |
| 281 | Vitamina C (Ác. Ascórbico) 500 mg | 2.000 | Cp | 0,19 |  |  |  |
| 282 | Zolpidem 10mg apresentação com 30cp | 40.000 | Cp | 1,80 |  |  |  |

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

**ANEXO II**

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a participar do Processo de Licitação nº \_\_\_/2017/FMS, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba -SC, na modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_/2017/FMS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame**.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura do Credenciante

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

**ANEXO III**

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DEMICROEMPRESA OU

EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na alínea “b” do subitem 2.7.2 do Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_/2017/FMS, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE,conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do responsável pela empresa)

**Observação:**

1. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

**ANEXO IV**

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS requisitos de Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº \_\_\_/2017/FMS – Pregão Presencial nº \_\_\_/2017/FMS, do Município de Joaçaba - SC, que \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017/FMS

**EDITAL PP Nº 07/2017/FMS**

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2017/FMS/\_\_**

DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O **REGISTRO DE PREÇOS** PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E DE FORMA PARCELADA, DE MEDICAMENTOS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Aos XX (XXXX) dias do mês de XXX do ano de 2017, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, **como órgão gerenciador** e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA**(S), nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 4.388/2013, Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação nº **08**/2017/FMS - Edital de Pregão Presencial nº **07**/2017/FMS, mediante termos e condições que seguem.

**DETENTORA (S):**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1ª** | RAZÃO SOCIAL: |  |
| ENDEREÇO: |  |
| CNPJ/MF: |  |
|  |  |
| REPRESENTANTE LEGAL: |  |
| ENDEREÇO: |  |
| CPF: |  |
| RG: |  |

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

* 1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de contratação dos seguintes itens:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QTDE** | **UN.** | **VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R$** | MARCA | VALORUNITÁRIO PROPOSTO **R$** | VALORTOTAL PROPOSTO **R$** |
| 1 | Acebrofilina 25mg/5ml, xarope pediátrico. Frasco com 120 ml | 1.500 | Fr | 4,54 |  |  |  |
| 2 | Acebrofilina 50mg/5ml, xarope adulto. Frasco com120 ml | 1.500 | Fr | 6,09 |  |  |  |
| 3 | Acetato de retinol (vitamina A) 50.000UI/mL + colecalciferol (Vitamina D) 10.000UI/mL. Frasco com 10 ml | 500 | Fr | 10,76 |  |  |  |
| 4 | Aciclovir 200 mg | 40.000 | Cp | 0,49 |  |  |  |
| 5 | Aciclovir creme 10 g | 1.000 | Tb | 3,84 |  |  |  |
| 6 | Ácido acetilsalílico 100 mg - GENÉRICO - Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 7 | Ácido Fólico 5 mg | 70.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 8 | Ácido Valpróico 250 mg | 70.000 | Cp | 0,65 |  |  |  |
| 9 | Adenosina 3 mg / ml | 200 | Amp | 8,88 |  |  |  |
| 10 | Adrenalina 1:1000 | 500 | Amp | 4,33 |  |  |  |
| 11 | Adesivo Antitabagismo 7 mg. Caixa com 7 unidades | 100 | Caixa | 67,65 |  |  |  |
| 12 | Adesivo Antitabagismo 14 mg. Caixa com 7 unidades | 200 | Caixa | 74,17 |  |  |  |
| 13 | Adesivo Antitabagismo 21 mg. Caixa com 7 unidades | 200 | Caixa | 77,86 |  |  |  |
| 14 | Água de injeção 5 mL | 4.000 | Amp | 0,29 |  |  |  |
| 15 | Albendazol 400 mg | 3.000 | Cp | 0,87 |  |  |  |
| 16 | Albendazol líquido 40 mg/ml. Frasco com 10 ml | 1.500 | Fr | 1,74 |  |  |  |
| 17 | Alendronato de sódio 70 mg | 50.000 | Cp | 0,56 |  |  |  |
| 18 | Alopurinol 100 mg | 50.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 19 | Alopurinol 300mg | 40.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 20 | Alprazolam 2 mg. Liberação prolongada xr | 3.000 | Cp | 2,32 |  |  |  |
| 21 | Ambroxol 15 mg/5ml, xarope pediátrico com 100 ml | 1.500 | Fr | 2,65 |  |  |  |
| 22 | Ambroxol 30mg/5ml, xarope adulto com 100 ml | 1.500 | Fr | 2,82 |  |  |  |
| 23 | Aminofilina 100 mgGENÉRICO - Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 24 | Aminofilina 240mg/10ml injetável | 300 | Amp | 1,42 |  |  |  |
| 25 | Amiodarona 200 mg | 80.000 | Cp | 1,12 |  |  |  |
| 26 | Amiodarona 150 mg/3ml | 200 | Amp | 2,93 |  |  |  |
| 27 | Amitriptilina 25 mgGENÉRICO - Lei 9787/1999. Apresentação com 30 comprimidos ou blíster com 10 comprimidos | 160.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 28 | Amoxicilina+ácido clavulâmico 500mg/125mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 50.000 | Cp | 1,41 |  |  |  |
| 29 | Amoxicilina+Clavulanato de potássio susp. oral 50mg/12,5mL. Frasco com 75ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.500 | Fr | 19,97 |  |  |  |
| 30 | Amoxicilina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 80.000 | Cp | 0,36 |  |  |  |
| 31 | Amoxicilina suspensão oral 250mg/5mL. Frasco com 60 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 5.000 | Fr | 5,32 |  |  |  |
| 32 | Ampicilina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Cp | 0,73 |  |  |  |
| 33 | Anlodipino 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,05 |  |  |  |
| 34 | Atenolol 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,07 |  |  |  |
| 35 | Atenolol 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 36 | Atorvastatina 20 mg | 1.000 | Cp | 1,66 |  |  |  |
| 37 | Atorvastatina 40mg | 300 | cp | 2,32 |  |  |  |
| 38 | Atropina 0,25 mg/ml | 400 | Amp | 0,75 |  |  |  |
| 39 | Azitromicina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 30.000 | Cp | 0,83 |  |  |  |
| 40 | Azitromicina susp. oral 40 mg/ml ou 600 mg/15ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Fr | 6,26 |  |  |  |
| 41 | Beclometasona aerossol 250 mcg/dose 200 doses | 300 | Fr | 64,62 |  |  |  |
| 42 | Beclometasona nasal aquoso 50 mcg 200 doses 20 ml | 100 | Fr | 52,07 |  |  |  |
| 43 | Beclometasona 400mcg/dose, inalação oral, cápsula | 6.000 | Cp | 0,74 |  |  |  |
| 44 | Benzilpenicilina benzatina pó sol. injetável 1.200.000UI - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | Fr | 11,93 |  |  |  |
| 45 | Benzoato de benzila 25%, sabonete 70g | 2.000 | um | 10,89 |  |  |  |
| 46 | Benzilpenicilina benzatina pó sol. injetável 600.000UI - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500 | Fr | 10,15 |  |  |  |
| 47 | Biperideno 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 48 | Bromazepan 3 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 49 | Brometo de ipratrópio sol. p/ inalação gotas 20 ml | 2.000 | Fr | 1,58 |  |  |  |
| 50 | Bromidrato de fenoterol 5 mg/ml gotas 20 ml | 1.500 | Fr | 3,79 |  |  |  |
| 51 | Bromoprida 10 mg | 40.000 | Cp | 0,21 |  |  |  |
| 52 | Bromoprida 4 mg/ml gotas 20 ml | 2.000 | Fr | 1,88 |  |  |  |
| 53 | Budesonida aerossol nasal 32mcg | 700 | Fr | 25,19 |  |  |  |
| 54 | Bupropiona 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 90.000 | Cp | 1,00 |  |  |  |
| 55 | Captopril 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 700.000 | Cp | 0,04 |  |  |  |
| 56 | Captopril 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,07 |  |  |  |
| 57 | Carbamazepina 200 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 58 | Carbamazepina 2% solução oral 100 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 11,94 |  |  |  |
| 59 | Carbonato de cálcio 600 mg + vit. D 400UI | 300.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 60 | Carbonato de lítio 300 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 61 | Carbonato de lítio CR 450mg | 20.000 | Cp | 1,33 |  |  |  |
| 62 | Carvedilol 3,125 mg | 70.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 63 | Cardivelol 12,5 mg | 70.000 | Cp | 0,17 |  |  |  |
| 64 | Cefalexina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 70.000 | Cp | 0,82 |  |  |  |
| 65 | Cefalexina 250 mg/5ml susp. 60 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 9,63 |  |  |  |
| 66 | Ceftriaxona 1g IM + Lidocaína -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 2.000 | Fr | 20,48 |  |  |  |
| 67 | Cetoconazol creme 30g -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300 | TB | 2,73 |  |  |  |
| 68 | Cetoprofeno 100mg injetável IV PÓ 2ML | 300 | Amp | 4,25 |  |  |  |
| 69 | Cetoprofeno 100mg injetável IM 2ML | 500 | Amp | 2,96 |  |  |  |
| 70 | Ciclobenzaprina 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 130.000 | Cp | 0,75 |  |  |  |
| 71 | Cilostazol 100 mg | 50.000 | Cp | 0,91 |  |  |  |
| 72 | Cinarizina 25 mg | 60.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 73 | Cinarizina 75 mg | 20.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 74 | Ciprofloxacino 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,48 |  |  |  |
| 75 | Citalopran 20 mg - | 130.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 76 | Claritromicina 500mg | 1.000 | Cp | 6,09 |  |  |  |
| 77 | Clindamicina 300mg | 1.000 | Cp | 1,58 |  |  |  |
| 78 | Clonazepan 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 79 | Clonazepan 2.5 mg/ml 20 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 4.000 | Fr | 3,06 |  |  |  |
| 80 | Clopidogrel 75 mg | 70.000 | Cp | 1,01 |  |  |  |
| 81 | Cloranfenicol sol. Oft. 10 ml | 100 | Fr | 9,55 |  |  |  |
| 82 | Cloreto de potássio 10% injetável, ampola 10ml | 2.000 | Amp | 0,34 |  |  |  |
| 83 | Cloreto de sódio, solução fisiológica 1000ml | 120 | Fr | 4,51 |  |  |  |
| 84 | Clorpromazina 25mg | 20.000 | Cp | 0,40 |  |  |  |
| 85 | Clorpromazina 100 mg | 25.000 | Cp | 0,44 |  |  |  |
| 86 | Clorpromazina 25mg/5mL injetável | 200 | Amp | 2,74 |  |  |  |
| 87 | Clortalidona 12,5 mg | 150.000 | Cp | 0,19 |  |  |  |
| 88 | Cloxazolam 2 mg | 4.000 | Cp | 2,57 |  |  |  |
| 89 | Codeína 30mg | 80.000 | Cp | 2,14 |  |  |  |
| 90 | Colchicina 0.5 mg | 20.000 | Cp | 1,13 |  |  |  |
| 91 | Complexo B | 60.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 92 | Complexo B20 ml | 200 | Fr | 3,99 |  |  |  |
| 93 | Deslanosídeo 0,4mg/2ml injetável, IV | 300 | Amp | 2,39 |  |  |  |
| 94 | Desvenlafaxina, monoidratado 50mg | 5.000 | Cp | 6,05 |  |  |  |
| 95 | Dexametasona 4 mg | 6.000 | Cp | 0,45 |  |  |  |
| 96 | Dexametasona colírio 0,1% c/ 5 ml | 200 | Fr | 10,70 |  |  |  |
| 97 | Dexametasona creme 0,001 10g | 5.000 | Tb | 1,19 |  |  |  |
| 98 | Dexametasona+dipirona+vit.B12 | 1.500 | Amp | 10,24 |  |  |  |
| 99 | Dexametasona 2 mg/ml - 1 ml | 2000 | Amp | 0,79 |  |  |  |
| 100 | Dexclorfeniramina 2 mg | 50.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 101 | Dexclorfeniramina susp. oral 120 ml | 4.000 | Fr | 1,86 |  |  |  |
| 102 | Diazepam 5mg/mLcom 2mL | 300 | Amp | 0,87 |  |  |  |
| 103 | Diazepan 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 104 | Diclofenaco de sódio 50mg + Carisoprodol 125mg + Paracetamol 300mg + cafeína 30 mg | 90.000 | Cp | 0,39 |  |  |  |
| 105 | Diclofenaco sódico 50 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 100.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 106 | Diclofenaco emulgel 60g | 10.000 | Tb | 5,18 |  |  |  |
| 107 | Diclofenaco 75 mg/3ml | 4.000 | Amp | 0,94 |  |  |  |
| 108 | Digoxina 0,25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 109 | Diltiazen 60 mg | 10.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 110 | Dimedrinato 25mg/mL+ Piridoxina, cloridrato 5mg/mL gotas 20mL | 3.600 | Fr | 7,04 |  |  |  |
| 111 | Dimenidrato 3mg/ml + piridoxina 5mg/ml + glicose 100mg/ml + frutose 100mg/ml, Injetável, IV | 2.000 | Amp | 3,66 |  |  |  |
| 112 | Dimenidrato 3mg/ml + piridoxina 5mg/ml + glicose 100mg/ml + frutose 100mg/ml, Injetável, IM | 600 | Amp | 3,56 |  |  |  |
| 113 | Simeticona 75 mg/ml c/ 15 ml gotas | 2.000 | Fr | 1,83 |  |  |  |
| 114 | Dipirona 500 mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 115 | Dipirona 500 mg/2ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | amp | 0,75 |  |  |  |
| 116 | Dipirona gotas 500 mg/ml 10 ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 8.000 | Fr | 2,60 |  |  |  |
| 117 | Dissulfiram 250 mg | 30.000 | Cp | 0,47 |  |  |  |
| 118 | Divalproato de sódio 250mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 3.000 | Cp | 1,33 |  |  |  |
| 119 | Dopamina 5mg/ml injetável | 300 | Amp | 1,82 |  |  |  |
| 120 | Dobutamina 5mg/ml injetável | 200 | Amp | 16,25 |  |  |  |
| 121 | Dorzolamida 2%, cloridrato + Timolol 0,5%, maleato 5mL solução oftalmica. GENÉRICO Lei 9787/1999 - Medicamento sujeito ao CAP | 100 | Fr | 45,08 |  |  |  |
| 122 | Doxazosina 2mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 130.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 123 | Doxiciclina 100mg | 1.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 124 | Duloxetina 30mg | 12.000 | cp | 3,11 |  |  |  |
| 125 | Duloxetina 60mg | 12.000 | cp | 5,29 |  |  |  |
| 126 | Enalapril 5mgGENÉRICO Lei 9787/1999 | 20.000 | Cp | 0,13 |  |  |  |
| 127 | Enalapril 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 128 | Enalapril 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 129 | Escitalopram 20mg | 50.000 | cp | 3,58 |  |  |  |
| 130 | Escitalopram 10mg | 30.000 | Cp | 0,92 |  |  |  |
| 131 | Espiramicina 500mg | 2.000 | cp | 4,50 |  |  |  |
| 132 | Espironolactona 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 133 | Estrogenios conjugados 0,625 mg | 2.000 | Cp | 1,32 |  |  |  |
| 134 | Femprocumona 3 mg | 600 | Cp | 0,52 |  |  |  |
| 135 | Fenitoína 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 136 | Fenobarbital 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 60.000 | Cp | 0,20 |  |  |  |
| 137 | Fenobarbital gotas 40 mg/ml 20 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200 | Fr | 5,43 |  |  |  |
| 138 | Fenitoína 50mg/ml injetável | 50 | Amp | 3,36 |  |  |  |
| 139 | Fenobarbital 200mg/mL | 100 | amp | 1,96 |  |  |  |
| 140 | Finasterida 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 1,32 |  |  |  |
| 141 | Folinato de cálcio 15mg | 2.000 | Cp | 1,83 |  |  |  |
| 142 | Formoterol 12mcg + budesonida 400mcg | 6.000 | Cp | 2,29 |  |  |  |
| 143 | Fluconazol 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 10.000 | Cp | 9,36 |  |  |  |
| 144 | Fluoxetina 20 mg - Apresentação em cápsula. GENÉRICO Lei 9787/1999. | 300.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 145 | Furosemida 10 mg/2ml | 500 | Amp | 0,70 |  |  |  |
| 146 | Furosemida 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 147 | Gabapentina 300 mg | 20.000 | Cp | 0,60 |  |  |  |
| 148 | Glibenclamida 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,18 |  |  |  |
| 149 | Glicose 25% 10 ml | 400 | Amp | 0,37 |  |  |  |
| 150 | Glicose 50% 10 ml | 400 | Amp | 0,40 |  |  |  |
| 151 | Glimepirida 2 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,59 |  |  |  |
| 152 | Haloperidol 5 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 30.000 | Cp | 0,17 |  |  |  |
| 153 | Haloperidol 5mg/ml ampola 2ml IV ou IM | 200 | Amp | 2,31 |  |  |  |
| 154 | Haloperidol, decanoato 70,52mg/Ml | 200 | Amp | 16,73 |  |  |  |
| 155 | Haloperidol sol. oral 2mg/ml 20 ml | 100 | Fr | 5,43 |  |  |  |
| 156 | Heparina sódica 5.000UI/0,25ml aplicação subcutânea | 1.500 | Amp | 8,15 |  |  |  |
| 157 | Hidralazina 20mg/mL | 200 | Amp | 9,23 |  |  |  |
| 158 | Hidroclorotiazida 25 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 600.000 | Cp | 0,05 |  |  |  |
| 159 | Hidrocortisona 500 mg | 500 | Amp | 11,58 |  |  |  |
| 160 | Hidrocortisona 100 mg | 500 | Amp | 7,30 |  |  |  |
| 161 | Hidrox. Alumínio + hid.magnésio susp. oral 35,6 mg + 37 mg c/ 100 ml | 3.000 | Fr | 3,02 |  |  |  |
| 162 | Hidroxizina 2mg xarope | 500 | Fr | 17,27 |  |  |  |
| 163 | Ibuprofeno 600 mg | 150.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 164 | Ibuprofeno susp. oral 100 mg/ml gotas 20 ml | 3.000 | Fr | 5,80 |  |  |  |
| 165 | Imipramina 25 mg | 30.000 | Cp | 0,64 |  |  |  |
| 166 | Isossorbida, mononitrato 10mg | 20.000 | Cp | 0,46 |  |  |  |
| 167 | Isossorbida, mononitrato, 5 mg | 2.000 | Cp | 0,54 |  |  |  |
| 168 | Isossorbida, mononitrato, 40 mg | 60.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 169 | Isossorbida, mononitrato 10mg/mL injetável | 200 | Amp | 3,59 |  |  |  |
| 170 | Itraconazol 100mg | 1.000 | Cp | 1,02 |  |  |  |
| 171 | Ivermectina 6mg | 5.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 172 | Lamotrigina 100 mg | 30.000 | Cp | 2,49 |  |  |  |
| 173 | Levodopa + benzerazida 100 mg + 25 mg - comp. dispersível | 25.000 | Cp | 2,24 |  |  |  |
| 174 | Levodopa + benzerazida 200 mg + 50 mg | 50.000 | Cp | 3,49 |  |  |  |
| 175 | Levomepromazina, maleato 100 mg | 15.000 | Cp | 1,25 |  |  |  |
| 176 | Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg | 10.000 | Cp | 1,29 |  |  |  |
| 177 | Levofloxacino 500mg | 25.000 | CP | 1,36 |  |  |  |
| 178 | Levonorgestrel 0,75 mg c/ 2 cp | 1.000 | Caixa | 3,08 |  |  |  |
| 179 | Levonorgestrel + etinilestradiol 0,15/0,03 mg caixa c/ 21cp | 5.000 | Caixa | 0,54 |  |  |  |
| 180 | Levotiroxina sódica 25 mcg | 150.000 | Cp | 0,50 |  |  |  |
| 181 | Levotiroxina sódica 50 mcg | 150.000 | Cp | 0,51 |  |  |  |
| 182 | Levotiroxina sódica 75mcg | 100.000 | Cp | 0,53 |  |  |  |
| 183 | Levotiroxina sódica 100 mcg | 100.000 | Cp | 0,30 |  |  |  |
| 184 | Lidocaína 2% geléia 30g | 3.000 | TB | 2,48 |  |  |  |
| 185 | Lidocaina com vaso, 2% | 300 | amp | 4,97 |  |  |  |
| 186 | Lidocaina sem vaso, 2% | 500 | amp | 3,40 |  |  |  |
| 187 | Loratadina 10 mg | 50.000 | Cp | 0,40 |  |  |  |
| 188 | Loratadina xpe 1m/ml 100 ml | 3.000 | Fr | 2,92 |  |  |  |
| 189 | Losartana potássica 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 800.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 190 | Medroxiprogesterona, acetato 150mg/ml trimestral | 400 | amp | 21,61 |  |  |  |
| 191 | Meloxicam 15 mg | 20.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 192 | Metformina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 400.000 | Cp | 0,15 |  |  |  |
| 193 | Metformina 850 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 194 | Metildopa 250 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 100.000 | Cp | 0,41 |  |  |  |
| 195 | Metilfenidato 10 mg | 4.000 | Cp | 1,43 |  |  |  |
| 196 | Metoclopramida 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 40.000 | Cp | 0,11 |  |  |  |
| 197 | Metoclopramida 10 mg/2ml injetável | 1.000 | amp | 0,54 |  |  |  |
| 198 | Metoprolol, succinato 100 mg | 60.000 | Cp | 2,58 |  |  |  |
| 199 | Metronidazol 250 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 30.000 | Cp | 0,21 |  |  |  |
| 200 | Metronidazol gel 500mg/5g 50g - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | TB | 5,40 |  |  |  |
| 201 | Metronidazol susp oral 40mg/ml 80 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 500 | Fr | 3,66 |  |  |  |
| 202 | Miconazol creme 0,02 28g - GENÉRICO Lei 9787/1999 Dermatológico | 2.000 | TB | 2,76 |  |  |  |
| 203 | Miconazol, nitrato creme 2% vaginal 80g - GENÉRICO Lei 9787/1999 + aplicadores | 1.000 | TB | 6,93 |  |  |  |
| 204 | Midazolam 5mg/ml injetável | 100 | Amp | 1,66 |  |  |  |
| 205 | Mirtazapina 30 mg | 10.000 | Cp | 3,49 |  |  |  |
| 206 | Morfina 30 mg | 2.000 | cp | 2,22 |  |  |  |
| 207 | Morfina 10mg/ml | 500 | Amp | 4,28 |  |  |  |
| 208 | N-butilescopolamina, brometo 20mg/mL1 ml | 3.000 | Amp | 1,79 |  |  |  |
| 209 | N-butilescopolamina+dipirona 4mg+500mg/ml c/ 5ml | 1.000 | Amp | 3,59 |  |  |  |
| 210 | N-butilescopolamina, brometo 10 mg - Acondicionado de forma unitária, constandoem cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,70 |  |  |  |
| 211 | N-butilescopolamina, brometo 10mg/ml10 ml | 3.000 | Fr | 10,18 |  |  |  |
| 212 | Neomicina+bacitracina pom. 5mg+250UI/g 10g - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 5.000 | TB | 1,73 |  |  |  |
| 213 | Nifedipina 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 50.000 | Cp | 0,06 |  |  |  |
| 214 | Nifedipina ret. 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 20.000 | Cp | 0,68 |  |  |  |
| 215 | Nimesulida 100 mg | 120.000 | Cp | 0,09 |  |  |  |
| 216 | Nimesulida 50 mg/ml gotas 15 ml | 1.000 | Fr | 2,42 |  |  |  |
| 217 | Nistatina Creme 25.000UI/g 60g - GENÉRICO Lei 9787/1999. Com 14 aplicadores | 2.000 | Tb | 5,42 |  |  |  |
| 218 | Nistatina Susp. oral 100.000UI 50 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Fr | 4,71 |  |  |  |
| 219 | Nitrofurantoína 100 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 25.000 | Cp | 0,43 |  |  |  |
| 220 | Noretisterona, enantato 50mg + Estradiol, valeato 5mg c/ 1 ml | 600 | Amp | 10,39 |  |  |  |
| 221 | Noretisterona 0,35 mg caixa c/ 35 cp | 500 | Caixa | 10,89 |  |  |  |
| 222 | Olanzapina 10mg | 3.000 | Cp | 1,22 |  |  |  |
| 223 | Óleo hidrat. c/ ácidos graxos essenciais 200 ml | 800 | Fr | 15,78 |  |  |  |
| 224 | Omeprazol 20 mg | 700.000 | Cp | 0,73 |  |  |  |
| 225 | Ondansetrona injetavel 2mg/mL- IM e IV 2 ml | 1.000 | Amp | 2,23 |  |  |  |
| 226 | Ondansetrona 4 mg | 5.000 | Cp | 3,36 |  |  |  |
| 227 | Oxcarbazepina susp. oral a 6% com 100 ml | 150 | Fr | 38,09 |  |  |  |
| 228 | Paracetamol 500 mg | 200.000 | Cp | 0,10 |  |  |  |
| 229 | Paracetamol 750 mg | 300.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 230 | Paracetamol gotas 200mg/ml15 ml | 10.000 | Fr | 0,83 |  |  |  |
| 231 | Paroxetina 20 mg. | 100.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 232 | Pentoxifilina 400 mg | 3.000 | Cp | 1,20 |  |  |  |
| 233 | Permetrina 5% c/ 60 ml | 800 | Fr | 4,80 |  |  |  |
| 234 | Pirimetamina 25mg | 2.000 | Cp | 0,76 |  |  |  |
| 235 | Pregabalina 75 mg | 20.000 | Cp | 2,30 |  |  |  |
| 236 | Prednisolona 3mg/ml susp. oral c/ 60 ml | 4.000 | Fr | 5,01 |  |  |  |
| 237 | Prednisona 20 mg. Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 238 | Prednisona 5 mg.Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 70.000 | Cp | 0,28 |  |  |  |
| 239 | Prometazina 25 mg | 50.000 | Cp | 0,34 |  |  |  |
| 240 | Prometazina 25mg/mLcom 2mL | 2.500 | Amp | 2,40 |  |  |  |
| 241 | Propafenona, cloridrato 300 mg | 3.000 | Cp | 1,73 |  |  |  |
| 242 | Propranolol 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 400.000 | Cp | 0,04 |  |  |  |
| 243 | Propatilnitrato 10 mg | 100.000 | Cp | 0,68 |  |  |  |
| 244 | Protetor solar FPS 60 120 ml Ampla proteção UVA-UVB; Proteção 2 horas a prova d'água e suor | 100 | Fr | 46,99 |  |  |  |
| 245 | Protetor solar FPS 30 120 ml Ampla proteção UVA-UVB; Proteção 2 horas a prova d'água e suor | 300 | Fr | 34,06 |  |  |  |
| 246 | Quetiapina 25mg | 15.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 247 | Quetiapina 100mg | 20.000 | Cp | 0,87 |  |  |  |
| 248 | Ranitidina 15mg/ml 120ml | 300 | Fr | 13,99 |  |  |  |
| 249 | Ranitidina 150 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 40.000 | Cp | 0,23 |  |  |  |
| 250 | Ranitidina 25mg/ml c/ 2 ml | 1.000 | Amp | 0,75 |  |  |  |
| 251 | Risperidona 2 mg | 70.000 | Cp | 0,37 |  |  |  |
| 252 | Risperidona 1 mg/ml 30ml -GENÉRICO Lei 9787/1999 | 150 | Fr | 27,32 |  |  |  |
| 253 | Sais p/ Reidratação env. 27,9g | 10.000 | Env | 0,85 |  |  |  |
| 254 | Salbutamol aerosol 100 mcg/dose200 doses | 1.000 | Fr | 16,95 |  |  |  |
| 255 | Salbutamol 2 mg | 1.000 | Cp | 0,35 |  |  |  |
| 256 | Salbutamol sol. oral 2mg/5ml c/ 100 ml | 2.000 | Fr | 1,89 |  |  |  |
| 257 | Sertralina 50 mg | 150.000 | Cp | 0,22 |  |  |  |
| 258 | Sinvastatina 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 300.000 | Cp | 0,14 |  |  |  |
| 259 | Sinvastatina 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 200.000 | Cp | 0,24 |  |  |  |
| 260 | Sitagliptina 50mg | 1.200 | Cp | 4,13 |  |  |  |
| 261 | Sulfadiazina de Prata 10mg/g c/ 30g | 2.000 | TB | 5,59 |  |  |  |
| 262 | Sulfadiazina 500mg | 7.000 | Cp | 0,26 |  |  |  |
| 263 | Sulfametoxazol 400 mg + Trimetoprima 80 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999.Acondicionado de forma unitária, constandoem cada unidade de CP delimitada por picote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade. | 20.000 | Cp | 0,18 |  |  |  |
| 264 | Sulfametoxazol + Trimetoprima susp. oral 4% + 0,8% c/ 50 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.500 | Fr | 6,39 |  |  |  |
| 265 | Sulfato de Glicosamina 500 mg + Sulfato de Condroitina 400 mg | 10.000 | Cp | 2,64 |  |  |  |
| 266 | Sulfato Ferroso 40 mg | 200.000 | Cp | 0,08 |  |  |  |
| 267 | Sulfato Ferroso sol. oral 125mg/mL c/ 30 ml gotas | 1.000 | Fr | 2,08 |  |  |  |
| 268 | Tansulosina 0,4mg | 5.000 | cp | 2,57 |  |  |  |
| 269 | Tenoxicam 20mg + diluente | 300 | amp | 8,19 |  |  |  |
| 270 | Terbutalina injetável | 200 | amp | 3,60 |  |  |  |
| 271 | Timolol colirio 0,5% | 100 | Fr | 4,67 |  |  |  |
| 272 | Topiramato 50 mg. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 150.000 | Cp | 0,31 |  |  |  |
| 273 | Tramadol 50 mg | 80.000 | Cp | 0,33 |  |  |  |
| 274 | Tramadol 50mg/ml injetável IM/IV | 500 | Amp | 1,83 |  |  |  |
| 275 | Trietanolamina 0,14g e borato de 8-hidroxiquinolina 0,0004g c/ 8 ml | 600 | Fr | 14,17 |  |  |  |
| 276 | Varfarina sódica 5 mg | 20.000 | Cp | 0,29 |  |  |  |
| 277 | Valproato de Sódio sol. oral 50mg/mL c/ 100 ml. GENÉRICO Lei 9787/1999 | 1.000 | Fr | 4,14 |  |  |  |
| 278 | Venlafaxina, cloridrato 75 mg Cápsula de liberação prolongada | 50.000 | Cp | 2,38 |  |  |  |
| 279 | Verapamil 80 mg | 20.000 | Cp | 0,42 |  |  |  |
| 280 | Vitamina C gotas 10 ml | 100 | Fr | 1,75 |  |  |  |
| 281 | Vitamina C (Ác. Ascórbico) 500 mg | 2.000 | Cp | 0,19 |  |  |  |
| 282 | Zolpidem 10mg apresentação com 30cp | 40.000 | Cp | 1,80 |  |  |  |

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

* 1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.
  2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras SHEILA FERRI e CRISTIANE VOLPATO MICHELON, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

* 1. Os itens, objeto desta Ata, deverão ser entregues em conformidade com as especificações da cláusula primeira deste instrumento.
  2. Havendo a necessidade de aquisição dos medicamentos, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à DETENTORA.
     1. A DETENTORA deverá proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias, contados da Solicitação e da Nota de Empenho, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, devidamente acompanhados de **laudo analítico** com os testes que comprovem a sua bio-equivalência.
     2. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Getúlio Vargas, 645, centro, junto ao Centro de Especialidades Médicas, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 15h30min.
        1. Havendo adesão à presente Ata de Registro de Preços o órgão participante indicará o local e o horário para a entrega dos medicamentos solicitados.
     3. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que, não poderá ter decorrido o prazo de validade maior que 20% (lapso entre a fabricação e vencimento).
     4. Todos os medicamentos deverão ter registro na ANVISA.
  3. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a DETENTORA a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
     1. A DETENTORA deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
     2. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
     3. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
  4. A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias.
  5. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência da Secretaria Municipal de Saúde, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
     1. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos materiais solicitados pelo órgão ou entidade aderente.
     2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos materiais ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
     3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E DA REVISÃO**

* 1. O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia útil, do mês subseqüente da entrega da mercadoria, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue.
  2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, Nº da conta) deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.
     1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95 e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor municipal competente, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
  3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, CNPJ nº 10.594.533/0001-00, Av. XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba (SC) ou para o órgão que vier a aderir à presente Ata, contendo os dados fornecidos pelo mesmo (Razão Social, endereço, CNPJ), e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
     1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o órgão requisitante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a DETENTORA.
     2. No caso de adesão à presente Ata de Registro de Preços, o órgão participante informará os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.
  4. Os preços não serão reajustados.
  5. O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
  6. Os preços poderão serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.
     1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e promover outro processo licitatório.
  7. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços  praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as  negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65iid).
  8. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
     1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
     2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
  9. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
     1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

* 1. O órgão gerenciador e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

* 1. Responsabilidades da DETENTORA:
     1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira (Da Forma de Execução) da presente Ata.
     2. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
     3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
     4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
     5. Exigir do órgão requisitante a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva liberação dos produtos solicitados.

## Responsabilidades do órgão gerenciador / órgãos participantes:

* + 1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do objeto.
    2. Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento.
    3. Providenciar a publicação resumida da presente Ata até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
    4. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para que a DETENTORA proceda ao fornecimento dos materiais.
    5. Convocar a DETENTORA via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Solicitação e da respectiva Nota de Empenho.
    6. Comunicar à DETENTORA qualquer falha apresentada nos serviços prestados, exigindo-lhe a imediata correção.
    7. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

* 1. Nos termos do artigo 7° da Lei 10.520/2002, se a DETENDORA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
  2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa de mora, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.
     1. A multa aludida acima não impede que o Município aplique as outras sanções previstas em Lei.
  3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

* 1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:

1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
4. Sofrer sanção prevista nos [inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art87iii), ou no [art. 7~~º~~ da Lei n~~º~~ 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm#art7).
   * 1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
   1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

# CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

* 1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contrações junto as DETENTORA(S) desta Ata.
  2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a adquirir os serviços objeto desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.
  3. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 4.388/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
  4. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
  5. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 4.388/2013, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

* 1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, ..... de ......................... de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / F. M. SAÚDE

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretário

DETENTORA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_